

“E as mulheres negras, como ficam?” Provocações à psicanálise sobre feminicídio a partir da interseccionalidade

Mariana Lütz Biazzi¹

Thalita Rodrigues²

RESUMO

Questionamos, neste artigo, os limites e potencialidades de leituras psicanalíticas para a compreensão do crime de feminicídio. Em uma perspectiva crítica e interseccional que indaga a metapsicologia, a partir do reconhecimento das experiências de mulheres negras, problematizamos proposições psicanalíticas sobre “o feminino”, evidenciando que: 1) leituras universais sobre mulheres tendem a excluir as especificidades de mulheres racializadas, como as mulheres negras; 2) a insistência em atrelar feminilidade e passividade é uma leitura que reifica binarismos de gênero e, portanto, não se alinha às proposições copernicanas. Concluímos ser importante atrelar a compreensão da sexualidade infantil, constitutiva do sexual, aos estudos políticos e sociológicos a fim de analisar devidamente os

1 Psicóloga, psicanalista associada à Constructo Instituição Psicanalítica, membro da Comissão Editorial da Constructo Revista de Psicanálise, editora d'A Gazeta. Membro do grupo brasileiro Jean Laplanche. Coordenadora científica e supervisora do Espaço Criar – estudo e atendimento clínico psicanalítico.

2 Psicóloga social e psicanalista. Doutora e mestra em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

fenômenos sociais que constituem as subjetividades dos homens agressores e das mulheres agredidas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio; psicanálise; violência contra as mulheres; feminismo, interseccionalidade.

Introdução

Este artigo tem suas origens a partir de reflexões e construções realizadas em uma palestra sobre feminicídio proferida pela primeira autora na aula inaugural do Curso de Psicologia da FAMAQUI (Faculdade Mário Quintana), realizada em 8 de abril de 2026, em Porto Alegre. Na ocasião, a fala foi iniciada relatando o incômodo com o episódio em que o jogador Neymar criticou a atuação de um árbitro de futebol dizendo que este último “estaria de chico”, expressão antiga, pejorativa e machista – já banida, por razões óbvias – que remete à menstruação³. Abordou-se como tal fala condensa, entre tantos outros elementos, a ideia de que o homem (árbitro) cometeu tantos erros que só uma mulher “naqueles dias” cometeria. O episódio servia como uma ilustração da misoginia em que, mesmo quando não estamos presentes, ainda somos atacadas por homens.

A reflexão seguiu para o questionamento das violências naturalizadas, bem como da construção do estereótipo do “sexo frágil”. Na ocasião, a abordagem foi de que há um imaginário social em que as mulheres seriam vulneráveis, frágeis e dependentes. A ideia da fragilidade inerente à figura feminina é uma máxima que serve para reforçar o patriarcado. Tal fragilidade é, na verdade, uma construção social inserida dentro de uma lógica de relação

³ Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/noticia/2026/04/neymar-critica-arbitro-com-expressao-machista-apos-vitoria-do-santos-ele-acordou-de-chico.ghtml>.

de poder, algo que tem sido nomeado como dinâmicas de gênero pelos estudos feministas. No entanto, vale levantar os seguintes questionamentos: será que todas as mulheres são vistas como frágeis? A quem tal alcunha é atribuída, ou mesmo, a quem tal alcunha é permitida?

A provocação de uma estudante negra de psicologia, ao final da palestra, foi fundamental para que este trabalho fosse ampliado e escrito a quatro mãos. Na ocasião, a estudante questionou: e as mulheres negras, como ficariam nesta dinâmica?

O que podemos compreender de tal indagação? Será que a leitura sobre psicanálise, feminino, fragilidade e passividade contempla a diversidade de experiências contidas na categoria “mulheres”? Será que tem contemplado as especificidades das violências contra mulheres racializadas? Este é o ponto do qual partimos para o desenvolvimento deste texto.

1. Mulheres no plural: interseccionalidade e a ampliação do “feminino”

Um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2025) aponta que mais da metade dos lares brasileiros (51,7%) é comandado por mulheres que ganham 30% menos do que os homens. Cabe ressaltar que tais números não se referem às mães solo, já que estas representam quase 32% da amostra. Estes dados contradizem algumas ideias misóginas que têm retornado com força na atualidade a partir do neoconservadorismo (Birolli, 2021) que propõe o combate às políticas de gênero e de sexualidade, bem como o resgate da família tradicional (heterossexual) composta por um esposo provedor e uma esposa que realizaria apenas o trabalho reprodutivo, ou seja, apenas em casa, cuidando do esposo e de filhas/os

(movimento *tradwife*). Na verdade, o que a história brasileira evidencia é que as mulheres negras e indígenas sempre foram exploradas e escravizadas e, portanto, a designação de “sexo frágil” não se aplicava a elas.

Conceição Evaristo (2026), em seu curso disponível no *Youtube*⁴ e intitulado “Escrevivências: um conceito semantizado pela história e memória de mulheres negras” resgata tal dimensão ao relatar que a mãe e a tia, nascidas em 1922 e 1914, respectivamente, trabalhavam na roça, aprendizado herdado do contato com suas ancestrais mais velhas que foram escravizadas. A intelectual relata que as mulheres negras se organizavam em grupos a fim de reivindicar trabalhos nestes espaços, já que eram os únicos disponíveis. Conceição reitera que mulheres negras, desde os tempos da escravidão, eram exploradas na realização de atividades pesadas, como trabalho em lavouras e até mesmo na mineração, atividade fundamental no estado de Minas Gerais, uma vez que o contingente de mulheres negras era maior do que a demanda de trabalho em atividades domésticas na casa grande. Tal fato evidencia a falácia de que as mulheres só começaram a migrar do trabalho doméstico para o trabalho na esfera pública com os avanços dos direitos das mulheres no século XX. Evaristo (2026) também reitera que as organizações que estas mulheres negras e pobres criavam, com trabalhos em mutirões, eram similares ao que nomeamos de sindicatos, mas que tais organizações coletivas não têm sido reconhecidas enquanto tal, até mesmo no campo de estudos feministas, pois não há produção de conhecimento formal/escrito produzido por elas ou sobre elas. Conceição reafirma, portanto, a importância de relatarmos as experiências de mulheres negras e que a escrevivência nasce desta luta de construção de narrativas sobre e por nós mesmas:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ssvsAiy4ys8&t=12s> (1:34:16).

borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

O questionamento da estudante negra de psicologia e as proposições de Evaristo (2020; 2026) compartilham a denúncia de que, quando falamos “mulheres”, no plural, sem levarmos em conta a materialidade das experiências, podemos incorrer na reprodução de violências a partir da universalização. A universalização pode auxiliar na manutenção da invisibilidade de experiências, mesmo que tais experiências abarquem uma população majoritária em números, mas minoritária em termos de reconhecimento social e distribuição material de recursos.

Sojourner Truth⁵ foi uma mulher negra estadunidense que conquistou sua liberdade, em pleno regime escravista, prosseguindo na luta dos movimentos abolicionistas (Greenlee, 2024). Ela tem sido reconhecida como uma importante referência para as lutas antirracistas e feministas e sua trajetória ficou conhecida nos Estados Unidos e no mundo inteiro a partir daquele que ficou famoso como o célebre discurso “E eu não sou uma mulher?”

⁵ Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/remarkable-untold-story-sojourner-truth-180983691/>

(*Ain't I a woman?*). Na ocasião, a ativista negra teria questionado a luta pelo sufrágio de mulheres, uma vez que a demanda por direitos políticos contemplava apenas a categoria de mulheres brancas. Ora, seria adequado falar em sufrágio feminino se as sufragistas estadunidenses (brancas) se opunham ao direito de voto para pessoas negras, o que evidentemente excluía mulheres negras e indígenas? A quais mulheres o direito ao voto (das mulheres) seria garantido?

As situações acima exemplificam diferentes momentos da história do movimento feminista, sobretudo quando abordado a partir da perspectiva de ondas (Piscitelli, 2009). A primeira onda tem sido considerada como iniciada em meados do século XIX, com a organização dos movimentos de mulheres pelo direito ao sufrágio. Um importante marco foi a Conferência de Seneca Falls, em 1848, encontro este em que teria supostamente⁶ ocorrido o já referido discurso de Sojourner Truth (Greenlee, 2024). O movimento sufragista ocorreu em vários lugares do mundo ocidental, como Inglaterra, França, Austrália e Brasil. Contudo, tratava-se de uma organização de mulheres brancas e homens brancos aliados que reivindicavam o direito de voto de determinadas mulheres (brancas e burguesas), mas contra o sufrágio de pessoas negras. Logo, essa primeira onda tem sido reconhecida como um movimento branco e elitista que não ampliava a discussão de direitos humanos.

Um importante marco que antecede a segunda onda do feminismo é a obra *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir (1949), na qual a autora critica de forma contundente a filosofia, a psicanálise, as produções acadêmicas e a organização social que, ao longo da história, tratou mulheres sempre em

⁶ Supostamente porque, de acordo com Greenlee (2024), apesar de ter sido uma militante abolicionista e participado da Conferência, o discurso “E eu não sou uma mulher?” não teria sido proferido por Sojourner Truth naquelas palavras. Para entender mais sobre esta importante ativista pelos direitos das pessoas negras estadunidenses, ler o artigo citado.

relação aos homens, sem validá-las com um estatuto ontológico próprio. A segunda onda do feminismo tem sido reconhecida como aquela ocorrida nos meados do século XX, sendo o feminismo acadêmico uma das principais frentes de atuação. Os estudos de mulheres e os estudos feministas propunham a desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, denunciando que as diferenças biológicas não justificavam as desigualdades sociais. Neste período, as produções e organizações de mulheres buscaram desconstruir discursos e práticas de dominação masculina em busca da igualdade entre homens e mulheres por meio da negação do determinismo biológico e com base na compreensão da universalidade da dominação sobre as mulheres.

Se, por um lado, a mobilização feminista a partir da noção de uma identidade política unificada das lutas das mulheres dava força às demandas, ela negligenciava, por outro lado, o fato de que não eram apenas as questões da dominação dos homens que produziam experiências de vulnerabilidade e violência, mas que havia outras hierarquias sociais tão ou mais importantes que precisavam ser levadas em consideração, como racismo e colonialismo. É amparando-se nestas reflexões dos feminismos da terceira onda (Piscitelli, 2009) que a violência contra a mulher, no singular, é problematizada na pesquisa *Concepções de violência e interseccionalidade: análise em um Centro de Referência de Atendimento a mulheres em situação de violência* (Rodrigues, 2015).

2. Violências contra as mulheres e feminicídio

Rodrigues (2015) propôs uma ampliação da compreensão de violências contra as mulheres a partir da sistematização da jurista estadunidense Kimberle Crenshaw, segundo a qual “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da

interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw. 2002, p. 177). A partir da análise dos sistemas de opressão de gênero, sexualidade, raça e classe, evidenciou-se que a política de enfrentamento à violência contra as mulheres centralizava as questões de gênero e violência doméstica como aquelas a serem combatidas. Com isso, apesar das normas e diretrizes reconhecerem a relevância de outros sistemas de dominação para a compreensão dos fenômenos de violação dos direitos das mulheres, os serviços e dispositivos que efetuavam a prática da política não conseguiam abarcar violências que não se encaixavam no escopo predeterminado, o que produzia determinadas ausências (Rodrigues, 2015).

A pesquisa, que acompanhou um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência, evidenciou que a compreensão de gênero era pautada no binarismo homem-mulher e na nomeação e expectativa de atendimentos a violências de gênero ocorridas em relações de intimidade. Ainda, concluiu-se que a cisheteronormatividade era a matriz preponderante de reconhecimento das experiências. Como consequência, havia pouca ou nenhuma atividade e atendimentos a mulheres com práticas sexuais tidas como desviantes, como mulheres trans, mulheres lésbicas e mulheres prostitutas. Havia ações institucionais incipientes de enfrentamento ao racismo, mas que ainda não contemplavam o reconhecimento das especificidades das violências contra as mulheres negras e mesmo das violências racistas contra mulheres. A maioria das mulheres atendidas no serviço eram de classes populares e com pouca escolaridade, o que, contudo, não pode ser considerado enquanto dado sociodemográfico de que mulheres de classe média, ricas e com maior escolaridade não sofrem violências no município em questão (Rodrigues, 2015).

As produções dos feminismos da terceira onda, ou feminismos da diferença, têm contribuído para mudanças políticas no enfrentamento às desigualdades e às violências sofridas pelas mulheres. Um exemplo é

o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Ministério das Mulheres, 2025), publicação que sistematiza informações sobre estrutura demográfica, trabalho, renda, educação, saúde, ocupação de espaços de poder e decisão e, evidentemente, sobre violências contra as mulheres. Segundo os dados presentes no relatório, coletados pelo Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), no ano de 2023, no que tange ao registro de violências contra mulheres adultas (20 a 59 anos), 60,4% das violências foram contra mulheres negras (pretas e pardas) e 37,5% contra mulheres brancas. Conforme o relatório, “esses dados evidenciam a sobreposição de vulnerabilidades para mulheres negras, resultado de desigualdades raciais e socioeconômicas” (Ministério das Mulheres, 2025, p. 104). A caracterização de quem são as mulheres, onde e como elas vivem é uma importante forma de tratar as desigualdades em suas especificidades. Mas e quando o assunto é a extrema violência contra as mulheres, que culmina no extermínio?

A lei brasileira 13.994/2024 tornou o feminicídio crime autônomo, modificando a Lei 13.104/2015 que o instituiu enquanto uma qualificadora do crime de homicídio. Assim, o feminicídio é descrito enquanto “matar mulher por razão da condição do sexo feminino” sendo que “1º Considera-se que há razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve: I – violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Brasil, 2024).

Ao longo do último ano, observou-se uma crescente midiatização jornalística a respeito de mulheres assassinadas e de ataques com a mesma intenção. Um exemplo notável foi o caso de Tainara Souza Santos, 31 anos, atropelada e arrastada por mais de um quilômetro por um homem com quem havia tido um relacionamento casual já finalizado. A jovem mulher⁷

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/12/24/morre-mulher-atropelada-e-arrastada-na-marginal-tiete.ghtml>.

teve ambas as pernas amputadas, ficou internada por 25 dias e faleceu no dia 24 de dezembro de 2025 em decorrência das violências sofridas. Este crime e outros que têm chocado a sociedade brasileira levantam um questionamento significativo: vivemos uma epidemia de feminicídios? O assassinato de mulheres aumentou ou está mais notificado?

Esses questionamentos dificilmente encontram respostas concretas, sobretudo porque ainda enfrenta-se o desafio das subnotificações. Entretanto, pesquisas têm evidenciado a prevalência de violência contra as mulheres negras, conforme divulgado no “Mapa da Violência de 2015: Homicídio⁸ de mulheres no Brasil” (Waiselfisz, 2015). Os dados referentes ao período de 2003 a 2013 evidenciam que, enquanto houve uma diminuição de 9,8% de feminicídios de mulheres brancas (passando de 1747 para 1576), houve um aumento de 54,2% de feminicídios de mulheres negras (de 1864 para 2875). O período analisado explicita um processo de racialização da violência letal contra mulheres. Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? Monteiro *et al.* (2021) já explicitam, no título do artigo, que sim. As/os autoras/res apontam que a prevalência de violência letal contra mulheres negras reflete diversas outras desvantagens sociais e econômicas, como o enfrentamento de mais obstáculos no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde qualificados.

Apesar de nos determos, neste texto, sobre a realidade do feminicídio no Brasil, cabe resgatar o estudo realizado por Raquel da Silva Silveira (2013) que pesquisou as violências contra as mulheres no Brasil e na Espanha a partir de uma perspectiva interseccional que conjuga gênero, raça e etnia. Em sua tese de doutorado, a autora evidenciou a sobrerepresentação de boletins de ocorrências de mulheres negras nos juizados de Porto Alegre,

8 Interessante notar que a publicação é contemporânea à lei do feminicídio e, por isso, ainda utiliza a nomenclatura homicídio de mulheres.

o que, contudo, não era notado pelas/os juízas/es entrevistadas/os que diziam que a violência contra as mulheres era universal. Sobre as dinâmicas raciais na Espanha, por outro lado, ela apresenta as complexidades que mulheres imigrantes racializadas, como mulheres africanas e ciganas, enfrentam quando estão em relacionamentos abusivos. Isto porque, além das desigualdades de gênero incidirem sobre suas vivências, ainda há as dificuldades de acesso aos direitos básicos devido à xenofobia, ao racismo e mesmo à clandestinidade. Esta breve menção ao trabalho de Silveira (2013) é para explicitar que, possivelmente, os questionamentos que levantamos, desde a realidade do Sul global, podem colaborar para a compreensão e enfrentamento às diversas violências contra as mulheres pelo mundo a fora.

Com base nesse breve panorama da racialização do feminicídio (e das violências contra as mulheres), cabe retomar a pergunta que deu origem à construção do presente texto: e as mulheres negras, como ficam na reflexão sobre psicanálise, violências contra as mulheres e feminicídio? Elas têm sido contempladas?

3. Psicanálise e o feminino

Entre 1895 e 1897, Freud se viu às voltas com a sua teoria da sedução, através da qual propunha a etiologia das neuroses. No entanto, ao percebê-la restrita e limitada ao domínio da psicopatologia, Freud abandonou tal empreitada, embora tenha mantido em aberto tanto o tema da sedução quanto a ideia de uma realidade psíquica, avanço fundamental para a noção de fantasia.

Quase um século depois, Jean Laplanche recuperou a teoria da sedução restrita de Freud para fazer dela a Teoria da Sedução Generalizada (1987; 1998). Com seu estudo rigoroso da obra freudiana e seu propósito de

“fazer Freud trabalhar”, Laplanche propôs a gênese do aparelho psíquico a partir da relação inter-humana, deixando de lado explicações de origens biológicas e endógenas.

Para Laplanche, o aparelho psíquico funda-se sobre uma situação à qual nenhum ser humano pode escapar: a situação antropológica fundamental, que consiste no encontro do bebê com a/o adulta/o humana/o que vai lhe dispensar os cuidados necessários à sua sobrevivência. Essa/e adulta/o é portador/ra de um inconsciente tal qual postulado pela psicanálise: um inconsciente sexual, essencialmente feito de resíduos infantis, e perverso, no sentido dos *Três ensaios*. Esta situação se dá a partir de uma desigualdade, uma dissimetria no plano sexual. Dessa maneira, a comunicação adulto-*infans*, que aparentemente se dá pela via da autoconservação, encontra-se imediatamente parasitada por outra coisa. O inconsciente infantil da/o adulta/o, reativado a partir desse encontro, está presente e emite mensagens à criança, mensagens enigmáticas. Tais mensagens chegam ao *infans* e impõem um trabalho de tradução ou de tentativa de tradução. Para isso, o *infans* conta com os códigos transmitidos pela/o própria/o adulta/o e com os códigos da cultura. O trabalho de tradução/recalcamento vai dar origem ao aparelho psíquico da criança, constituindo um ego e um pré-consciente a partir daquilo passível de tradução. Contudo, uma vez que essas mensagens são parasitadas pelo sexual, ou seja, contaminadas pelo inconsciente da/o adulta/o, não é possível traduzi-las na sua totalidade, dando origem, por sua vez, ao inconsciente recalcado. Logo, temos, de um lado, um/ma bebê, no mais puro estado de desamparo (para retomar a nomenclatura freudiana), *aberto/o radicalmente ao mundo*, na busca de aliviar suas tensões; e, de outro, um/ma adulto/a com psiquismo formado e, portanto, portador de inconsciente, que, na tentativa de saciar e aplacar as necessidades vitais da/o bebê, acaba emitindo mensagens contaminadas pelo seu próprio inconsciente sexual junto com os cuidados de conservação, inoculando, assim, a sexualidade no *infans*. Diante desses estados de

desamparo e abertura radical, a criança é invadida constantemente através dos cuidados dispensados a ela pelas/os adultas/os que a cercam.

A sexualidade infantil da/o adulta/o, sempre reativada nesta relação, se infiltra nos cuidados e invade sem pedir licença. Cabe ressaltar que se trata de um processo constitutivo pelo qual toda/o bebê humana/o passa a partir da situação antropológica fundamental, mas que nem por isso se torna menos traumático. O trauma da efração desse corpo inicialmente puramente biológico é, ao mesmo tempo, excesso e possibilidade de constituição psíquica.

Sendo assim, com base em Laplanche, entende-se, a sedução não como um fator contingencial, mas sim inevitável; sempre traumático, pois implica em excessos. Tais excessos ingressam e impõem um trabalho ao *infans*, que tenta domar essa energia. A energia que ingressa passa por uma metabolização através da qual aquilo que ingressou assume, dentro da criança, novos e particulares contornos, caracterizando um processo individual e totalmente subjetivo. Contudo, nesse processo de sedução/constituição, há algo do qual não se pode escapar: a passividade.

Para Jacques André,

[...] a situação geral de sedução reúne um adulto invasor e uma criança invadida: as palavras nos ouvidos, o mamilo na boca, o supositório no ânus... a penetração (sedutora) do adulto não é simples metáfora, ela passa pelo ato (André, 1996).

Portanto, se há, na sedução, um/ma adulto/a invasor/a e uma criança invadida, o fato é que todos nós, homens e mulheres, experimentamos um momento inicial de pura passividade, de invasões, de penetrações; vivências originárias de intrusão que deixam, inevitavelmente, sua marca.

A criança seduzida é uma criança orificial e, se a sedução é generalizada, como nos propõe Laplanche, Felipe Lattanzio (2021), na esteira das proposições de Paulo de Carvalho Ribeiro sobre a identificação feminina primária e a identificação passiva, nos convida a pensar em uma penetração generalizada. Evidentemente, pode-se pensar em gradientes dessas invasões. Em Laplanche, as ideias de implantação e intromissão surgem para diferenciar as formas como aquilo que é inscrito chega à criança. “O outro da sedução originária é, em primeira instância, o outro adulto. E, no centro desse processo, o (outro) da implantação” (Laplanche, 1990, p. 106, tradução livre). A implantação, segundo Laplanche, “é um processo comum, cotidiano, normal ou neurótico. Ao lado deste, como sua variante violenta, está a intromissão” (Laplanche, 1990, p. 106, tradução livre). Assim, temos dois processos, o de implantação, que permite ao indivíduo uma recaptura ativa com sua dupla face tradutiva-recalcante, e o de intromissão, que obstaculiza essa recaptura e coloca no interior do aparelho psíquico um elemento rebelde à possibilidade de metábole.

Diante dessa inevitável e necessária presença do outro no processo de constituição psíquica, que Laplanche denomina de a prioridade do outro, é importante destacar outro fator importante: o caráter alteritário da fundação do inconsciente. Se entendemos o processo de constituição psíquica como resultado do encontro do *infans* com o/a adulto/a portador/a de inconsciente, também habitado/a por um inconsciente advindo do processo de sedução sofrido por ele/la no encontro com outro/a adulto/a também seduzido/a por um/ma outro/a adulto/a, vemos o processo sempre operando. Assim, somos todas/os marcadas/os pela presença do outro, a outra coisa em nós: o outro (*der Andere*) infantil da mensagem enigmática, que gera a outra coisa (*das Andere*) interna, que é o inconsciente (o interno-externo). É daí que advém o caráter alteritário e, portanto, ameaçador do inconsciente que, sendo esse outro dentro de mim, remete inevitavelmente às invasões e penetrações sofridas passivamente por todos nós: “a alteridade,

assim, se conecta à passividade da criança ante o adulto e à passividade do Eu ante a ‘estranheza interna’ que o ameaça” (Lattanzio, 2021, p. 62).

Jacques André publicou, em 1996, o livro *As origens femininas da sexualidade*. O feminino, aqui, remete à passividade. Poderíamos formular muitas críticas diante de tal associação, mas desviaríamos nosso objetivo neste texto, por isso voltamos ao autor. Para ele, a feminilidade constitui uma primeira e necessária representação da passividade da criança diante da situação traumática e invasiva de sedução. Dessa forma, o feminino se tornaria o recalcado por excelência em ambos os sexos, dada a suposta proximidade entre a posição feminina e a passividade. Em sua proposição, o psicanalista entende que, como lugar de penetração, a vagina simbolizaria a intromissão da sexualidade adulta na criança, “a própria coisa”, o lugar simbólico representativo da repetitiva invasão sedutora originária.

A articulação entre feminilidade e alteridade, para Jacques André, não ocorre por uma falta de representação do feminino – como o aforismo lacaniano: “a mulher não existe”. Ao contrário, ela ocorre justamente pelo fato de o feminino ter uma representação oficial e penetrável. Para ele, é isso que faz com que o feminino se torne o recalcado para ambos os sexos, numa clara tentativa de apagar a alteridade, ou seja, apagar essa presença do outro dentro de mim; em última instância, apagar a penetração sofrida. Logo, a feminilidade primitiva, nos termos de Jacques André, é a primeira representação da passividade da criança – seja menina ou menino – diante da situação traumática de sedução — vivida por todas/os, sem exceção.

Propomos, com base nas colocações do psicanalista francês, algumas possíveis articulações: estaria esta violência originária e invasiva na raiz dos impulsos agressivos de homens contra as mulheres? Será que estes homens confundem desejo e temor, fazendo dessa confusão parte da força que irrompe e os faz achar que podem invadir o corpo alheio, numa tentativa

de sair ativamente da posição passiva que lhes foi imposta originariamente? De outro lado, como ficaria para as mulheres a passividade originária?

Os esquemas narrativos tradicionais de gênero prescrevem que a tarefa das mulheres seria a de coadjuvantes nas histórias dos “grandes heróis”. Contudo, como visto nos tópicos anteriores, por mais que haja movimentos de neoconservadorismo (Birolli, 2021) que têm emplacado a defesa do retorno aos binarismos de gênero através de movimentos como das “*tradwives*”, das movimentações *red pills* e afins, a cultura e a organização social é feita a partir da massiva participação das mulheres na esfera pública. Será que a leitura psicanalítica de uma resposta dos homens à passividade originária é suficiente para dar conta da complexidade do fenômeno da extrema violência contra mulheres que culmina na eliminação da vida? Retomemos, novamente, a pergunta da estudante citada anteriormente: e como ficam as mulheres negras nesta história?

A noção de mensagens enigmáticas de designação racista (Rodrigues, 2023) emerge enquanto uma proposta de compreensão da constituição do psiquismo como racializada. Dando continuidade ao movimento proposto por Jean Laplanche (2003/2015), que reconhece a existência de mensagens enigmáticas de designação de gênero como fundamentais para a constituição do Sexual, Rodrigues (2023) questiona se o racismo estrutural e a história de colonização e escravização não seriam importantes esquemas narrativos para a compreensão da subjetivação da população brasileira. Em uma produção de saber alinhada aos debates decoloniais, propõe que

Resgatando discussões já apresentadas, a designação contém tanto o caráter enigmático quanto também de identificação pelo adulto sobre a criança. Proponho a compreensão de que o racismo e o colonialismo, enquanto esquemas narrativos, bem como os códigos raciais, pela via da branquitude, são partícipes

da constituição do psiquismo, pois são discursos que auxiliam na tradução de como os afetos destinados aos infantes são desiguais a depender da raça, da cor e do fenótipo. Tais discursos também parasitam as ações das/os cuidadoras/res, mesmo que à sua revelia, e fazem parte da identificação feita pela/o adulta/o que designa, racialmente, as crianças. Estes discursos serão importantes no processo de simbolização que o próprio infans irá desenvolver sobre si mesmo e sobre o mundo (Rodrigues, 2023, p.137).

Entendemos como relevante a compreensão de que as vidas das mulheres negras são necessariamente construídas a partir da intersecção do racismo e do machismo, o que torna seus processos de subjetivação diferentes daqueles experienciados por mulheres brancas. A alcunha de fragilidade de mulheres tem sido negada às mulheres negras devido às dinâmicas do racismo, da escravização e do colonialismo. Como denuncia Gislene Alves da Silva (2017), o mito da fragilidade nunca vestiu o corpo negro feminino. Desse modo, será que se pode pensar que a passividade e a fragilidade atribuídas ao feminino tratam de passividade e fragilidade de mulheres brancas? Se sim, como a psicanálise lidará com isto?

4. O que pode a psicanálise diante do feminicídio?

O feminicídio é um crime que desvela uma face brutal da sociedade que ainda naturaliza a desigualdade de gênero e legitima uma posição dominante dos homens sobre as mulheres. Pensando em todo o percorrido metapsicológico deste texto, se a todas/os nós é imposta uma posição passiva nos inícios da vida, em todas/os nós também residem desejos sádicos, violentos, narcisistas. No entanto, cabe a cada um/a, como afirmou Freud em *O mal-estar na civilização* (1930), renunciá-los. Recalcá-los. Contudo, o que vemos hoje na chamada “*machosfera*”, nos grupos de *red pills*, entre

outros, é uma tentativa de legitimação e de incentivo a homens através de discursos perversos que parecem mobilizar o que há de mais ameaçador em cada um. Assim, para se livrar dessa ameaça, eu mato. Ameaça interna, traduzida nessa passividade que atormenta a cada um/a de nós – porém, o destino que damos a ela pode ser bem diferente.

Em *O crime sexual*, Laplanche (2003) questiona: “como definir o crime sexual?” Ele prossegue afirmando que “o crime sexual é uma violência sexual exercida por qualquer um atormentado por sua própria sexualidade infantil” (p. 151). Para nós, psicanalistas, a sexualidade infantil é fundamental, essencial. Para Laplanche, o crime sexual fundamental é o abuso sexual e o modelo é a relação abusiva, mas constitutiva, que está nas origens de cada um/a de nós, a relação adulto-criança. Relação, como já mencionado, de uma dissimetria radical que impõe, inevitavelmente, a passividade. A assimetria, por si só, pressupõe as posições. Tarelho (2012) nos diz:

[...] essa dissimetria, proposta por Laplanche, é pensada a partir do par atividade/passividade. O adulto se situa do lado da atividade na medida em que, não somente é quem toma primeiro a iniciativa ao emitir as mensagens, mas também porque é quem dispõe do material inconsciente que torna a mensagem enigmática. Por sua vez, a criança, no início, não tem outra alternativa senão se situar de modo passivo em relação a essas mensagens, pois além de ser o receptor, ainda não dispõe nem dos recursos simbólicos, nem dos meios físicos para dar conta das mesmas (Tarelho, 2012, p. 101).

Sendo assim, retomar o aspecto infantil é essencial quando pensamos no/a abusador/a, no/a agressor/a, no/a assassino/a. É o tormento da sexualidade infantil que está em questão, que gera desordem, que cria o caos interno. A pulsão, quando não ligada, mostra sua face mortífera

e, assim como outrora invadiu (passividade originária), escapa e invade; fazendo com que o sujeito atue ativamente aquilo que foi passivamente sofrido; transformação no contrário, nos diria Freud (1915), um dos mais primitivos destinos da pulsão. E, como nos diria Silvia Bleichmar, destino da pulsão é destino do sujeito. É por isso que para nós, analistas, na investigação analítica, é fundamental a busca pelo infantil. Trata-se da busca pela mensagem e seus resíduos, sempre presentes no ato, até nos mais brutais. É o que leva Laplanche (2003) a questionar a ideia de que o outro é, nesses casos violentos, tratado como mero objeto. Mesmo subjugada, para o autor, a vítima nunca é tratada apenas como uma coisa, já que o sadismo supõe um mínimo de identificação masoquista com a vítima. A respeito do crime sexual, Laplanche nos diz: “em outros termos, qual é a parte do sexual em qualquer crime, seja ele o mais ordinário, o mais banal, o mais realista? Nenhum analista pode fugir desse questionamento, mesmo que não tenha todos os dias um criminoso em seu divã” (Laplanche, 2003, p.153).

Se a busca pelo infantil é o que move a análise, não podemos, contudo, enquanto analistas, negligenciar que mesmo o Sexual é o produto/resto dos processos de metabolização/tradução/recalcamento das mensagens enigmáticas e que, portanto, os códigos e esquemas narrativos são fundamentais para a compreensão da subjetivação. Dessa forma, a psicanálise precisa sempre ter em vista as relações sociais, políticas e culturais a fim de não incorrer em leituras e proposições ptolomaicas, ou seja, que perdem a dimensão da alteridade proposta pela revolução copernicana inacabada (Laplanche, 2016). É necessário que estejamos sempre atentas/os a fim de colocar a teoria e a clínica sempre a trabalho, atentas/os à materialidade que vivemos e à forma como as relações de poder nos atravessam enquanto analistas e também atravessam aquelas e aqueles que escutam no contexto clínico.

A partir do percurso traçado pudemos perceber que ainda há uma persistente leitura psicanalítica de feminilidade que não contempla a complexa situação das mulheres racializadas. No caso das mulheres negras brasileiras que, historicamente, têm trabalhado na esfera pública e não têm sido abarcadas pelos discursos de fragilidade, como compreender os fenômenos de violências contra as mulheres e a extrema violência do feminicídio? Como pensar, metapsicologicamente, a complexa relação entre machismo, racismo e colonialismo que produz a subjetividade da população brasileira, tanto dos homens agressores quanto das mulheres agredidas? A incorporação da interseccionalidade à teoria psicanalítica não poderia auxiliar na compreensão e em intervenções sobre as violências sofridas pelas mulheres negras? Como as mensagens enigmáticas de designação de gênero (Laplanche, 2015) se relacionam com as mensagens enigmáticas de designação racista (Rodrigues, 2023)? Deixemos aqui algumas provocações que precisam reverberar...

5. Considerações finais

Propusemos, com este artigo, a reflexão sobre psicanálise, feminilidade, violências contra as mulheres e feminicídio em uma perspectiva crítica e interseccional que indaga a teoria psicanalítica a partir do reconhecimento das experiências de mulheres negras. Consideramos que as leituras e proposições sobre feminilidade são importantes enquanto novos esquemas narrativos que positivam as experiências de mulheres, mas que podem, ainda assim, incorrer em reificações endógenas que continuam associando passividade e feminilidade.

Certamente, o ódio às mulheres está associado ao pulsional, ao sexual. Contudo, precisamos incorporar em nossas reflexões teóricas e em nossas práticas a interface da psicanálise com estudos políticos e sociológicos com o

intuito de contemplar a materialidade histórica, política e econômica em que vivemos. O questionamento da estudante negra de psicologia possibilitou a abertura para esta reflexão, que nos convoca a buscar novos fundamentos que deem conta de histórias antigas, mas há muito invisibilizadas.

Bibliografia

André, J. As origens femininas da sexualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Brasil. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM 2025 (Ano VIII)*. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>.

Biroli, F. (2021). Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 15(3).

Casa Escrivência. *Escrevivências*: Um conceito semantizado pela história e memória de mulheres negras [Vídeo]. YouTube, 2026. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ssvsAiy4ys8>

Evaristo, C. A escrivência e seus subtextos. In: Duarte, C. L; Nunes, I. R.C. (Orgs.). *Escrivência: A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26–46.

Greenlee, C. The remarkable untold story of Sojourner Truth. *Smithsonian Magazine*, Washington, 2024.

Laplanche, J. (1990). Implantación, intromission. In: La prioridad del otro en psicoanálisis. Buenos Aires: Amorrortu. pp. 103-106.

Laplanche, J. (2003). O crime sexual. In: *Sexual: a sexualidade ampliada o sentido freudiano 200-2006*. Porto Alegre: Dublinense. pp. 137-153.

Laplanche, J. (2003). O gênero, o sexo e o Sexual. In: *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense. pp. 154-189.

Laplanche, J. (2016). A revolução copernicana inacabada. *Percurso*, São Paulo, v. 29, n. 56/57, 2016, pp. 15–34.

Lattanzio, F. F. O lugar do gênero na psicanálise: metapsicologia, identidade, novas formas de subjetivação. São Paulo: Blucher, 2021.

Monteiro, M. F. G.; Romio, J. A. F.; Drezett, J. Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras. *Journal of Human Growth and Development*, Santo André, v. 31, n. 2, 2021, pp. 358–366.

Piscitelli, A. Gênero: A história de um conceito. In: Almeida, H. B.; Szwako, J. E. (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116–148.

Rodrigues, T. *Concepções de violência e interseccionalidade: Análise em um Centro de Referência de Atendimento à Mulheres em situação de violência*. Dissertação de Mestrado (Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Rodrigues, T. *Psiquismo racializado? Uma leitura psicanalítica sobre subjetividade a partir da teoria da sedução generalizada e da decolonialidade*. Tese de Doutorado (Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

da Silva, G. A. O mito da fragilidade nunca vestiu o corpo feminino negro. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões*, Ilhéus, v. 7, n. 1, 2017, pp. 56–71.

Silveira, R. da S. (2013). *Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: Discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]

Tarelho, L. C. A teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche e o descentramento do ser humano. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, v.45, n.83, 2012, pp 97-108.

Waiselfisz, J. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil, 2015. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Mariana Lütz Biazzi

Rua Tobias da Silva, 99
Porto Alegre – RS
biazimariana@gmail.com

Thalita Rodrigues

Belo Horizonte – MG
rodrigues.thaalita@gmail.com

© Constructo Revista de Psicanálise